

Papel social das editoras privadas brasileiras no processo de democratização do acesso ao livro

*Sara Rezende de Souza*¹

*Daniervelin Renata Marques Pereira*²

Resumo

Tem-se como objetivo investigar em que medida publicações que abordam a democratização de acesso ao livro correlacionam as editoras privadas a alguma responsabilidade social nesse processo. A partir desse objetivo, realizamos uma pesquisa bibliográfica em 14 textos da área de edição para identificar abordagens e associações entre o sentimento de pertencimento e o processo de democratização do acesso ao livro, partindo da premissa de responsabilização social do mercado editorial privado brasileiro nesse processo. Como metodologia, adotamos, numa abordagem qualitativa, a descrição da natureza de cada referência bibliográfica e suas principais ideias e identificação da abordagem feita em relação a categorias definidas a partir do estudo das obras: iniciativa privada; indivíduo (não) leitor; leitura e literatura; sentimento de pertencimento; políticas públicas; preço do livro; e responsabilidade social. Para fundamentar o trabalho, nos apoiamos em alguns conceitos teóricos de Freire (2011), Candido (2023), Da Silva (2011), Rosa (2023), Tavares (2021b), Rocha (2021), Louzada (2021), entre outros. Como principais resultados, pudemos observar que os textos destacam a ausência de suportes às políticas públicas do livro e da leitura, para que elas possam atuar de modo efetivo; a ausência de pesquisas que tratam, diretamente, sobre a responsabilização social das editoras privadas brasileiras no processo de democratização do acesso ao livro; e também a ausência de políticas públicas do livro e da leitura atreladas ao sentimento do pertencimento.

Palavras-chave: Democratização do acesso ao livro. Pertencimento. Edição. Editorial. Popularização

Data de submissão: março. 2024 – Data de aceite: outubro. 2024

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i3.15635>

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Campus Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. <https://orcid.org/0009-0003-2549-3366> E-mail: sararezendedesouza@gmail.com

² Professora da Faculdade de Letras da UFMG. Doutora em Letras pela USP. <https://orcid.org/0000-0003-1861-3609> E-mail: daniervelin@gmail.com

Introdução

Durante sua participação no Festival Literário Internacional de Belo Horizonte de 2017 (FLIBH 2017), ao ser questionada sobre sua opinião a respeito da afirmação – ou do clichê –: “o brasileiro não lê”, a autora Maria Valéria Rezende respondeu que “o brasileiro não lê, porque não tem dinheiro para comprar livro”.

Nossa pesquisa toma como ponto de partida a afirmação de Rezende (2017) e propõe um debate acerca de outro motivo, além da questão financeira, para que os indivíduos brasileiros em situação de vulnerabilidade financeira não leiam e/ou não tenham acesso ao livro: o sentimento de pertencimento, que, segundo a Professora Miriam Debieux Rosa (Estanislau, 2023), “está relacionado ao acolhimento das suas [do indivíduo] necessidades e a sua consideração como um sujeito de direitos, ou seja, de acesso aos bens materiais e culturais de uma sociedade, à saúde, moradia, educação, proteção jurídica, entre outros”. Dessa forma, a não leitura pode ter como uma explicação possível a falta desse sentimento de pertencimento, especificamente relacionado aos bens culturais, ou seja, o sujeito não sente que tem socialmente o direito de ler.

Ao pensar a democratização do acesso ao livro para além do valor financeiro, propomos que haja, ao menos uma reflexão sobre a responsabilidade social do mercado editorial privado brasileiro, pois, apesar de compreendermos a importância das políticas públicas criadas para a distribuição de livros em escolas públicas, entendemos também que essas políticas públicas, sozinhas, não causam um impacto significativo e positivo na formação de leitores habituais³.

Atuar no processo de democratização de acesso ao livro exige das editoras privadas brasileiras não apenas conhecimento das políticas (manuais, contratos, propostas de licitação etc.), mas, também, o reconhecimento da própria responsabilidade social por parte de quem gere casas editoriais privadas em um país com tamanha desigualdade social – e intelectual/funcional – como o Brasil. Entendemos que, assim como milhares de produtos produzidos e comercializados no Brasil, o livro também é um produto industrial e comercial. Se responsabilidades sociais são atribuídas a empresas que compõem outras áreas da indústria e do comércio brasileiro, consideramos imprescindível que tais responsabilidades sejam atribuídas, também, à indústria editorial brasileira.

Temos o mesmo entendimento de Tavares (2021b) de que, diferentemente de inúmeros produtos industriais – parafusos e peças automotivas, por exemplo –, o livro tem poder de transformação intelectual e, conseqüentemente, social.

É importante ressaltar que a conceituação de atividade editorial deste trabalho

³ Como “leitores habituais” entendemos, como Yubero, Larrañaga e Pires (2014, p. 31), aqueles em que “a leitura está inserida no seu estilo de vida”, lendo em média 11 livros por ano.

abarca não apenas a natureza prática de produção de um livro (desde o agenciamento literário até a compra pelo leitor/consumidor), como também – e como um dos eixos fundamentais deste trabalho –, a natureza histórica e social proposta por Oddone (1998):

A atividade editorial é compreendida aqui como o conjunto de saberes e de práticas que possibilita o registro do conhecimento gerado pelos seres humanos ao longo de sua existência sobre suportes duráveis, na tentativa de vencer as barreiras temporais e espaciais que circunscrevem sua transferência a outros indivíduos e a gerações futuras (Oddone, 1998, p. 80-81, grifos no original).

Reforçamos que este trabalho não pretende atribuir às editoras todas as responsabilidades sociais que pairam sobre a pauta “democratização do acesso ao livro”, tendo em vista que há outras instituições – que fazem parte da cadeia de produção do livro – das quais também se espera contribuição nesse sentido, como gráficas, livrarias, distribuidores de livros, instituições públicas etc. Isso exposto, questionamos: qual é o papel social das editoras no processo de democratização de acesso ao livro? Obras atuais que tratam da democratização do acesso ao livro identificam esse papel social das editoras?

Nosso objetivo com a proposição deste trabalho é apresentar os resultados de uma pesquisa bibliográfica que selecionou publicações que abordam a democratização de acesso ao livro para identificarmos se atribuem às editoras privadas brasileiras alguma responsabilidade social nesse processo. A partir desse objetivo geral, pretendemos discutir possibilidades de abordagens e associações entre a noção de pertencimento e o processo de democratização do acesso ao livro, partindo da premissa de responsabilização social do mercado editorial privado brasileiro nesse processo.

1 Conceitos fundamentais

Para que possamos propor essa reflexão de modo mais efetivo, trataremos, em seguida, dos conceitos de capacidade de leitura, leitura do mundo, sentimento de pertencimento e democratização da leitura, que consideramos fundamentais para a pesquisa aqui proposta.

1.1 Capacidade de leitura

Por capacidade de leitura, aqui, acompanhamos a conceituação de Da Silva (2011), que abarca: a) decodificação textual; b) interpretação; e c) fruição da leitura. Esses conceitos podem assim ser definidos:

- a. *decodificação textual*: trata-se do sentido literal da leitura de texto(s) pronto(s), acabado(s), ou seja, a leitura da palavra.

- b. *interpretação*: corresponde à construção de sentido a partir da decodificação textual de acordo com as experiências prévias, ou seja, leitura do mundo pelo indivíduo leitor, preenchendo as lacunas apresentadas pelo(s) texto(s) (Da Silva, 2011, p. 3).
- c. *fruição da leitura*: representa a sensação de prazer despertada no indivíduo leitor durante a *decodificação textual* e a *interpretação*, fazendo com que ele perceba “o funcionamento ideológico de vários tipos de discurso” (Da Silva, 2011, p. 4).

Assim, Da Silva (2011) relaciona sua conceituação de capacidade de leitura – que perpassa a estrita decodificação de texto –, demonstrando necessidade de desenvolvimento de outras capacidades, para que a capacidade de leitura seja desempenhada em sua completude, ou seja, para que a leitura da palavra (decodificação textual) seja feita alinhada à interpretação e fruição da leitura. Associamos essa ideia de completude à leitura da “palavramundo”, conceito de Paulo Freire, que trataremos a seguir.

1.2 Leitura do mundo

Na conceituação de Paulo Freire (2011, p. 19-20): “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”. Ao narrar suas experiências pessoais com as leituras da palavra e do mundo, Freire atesta que a leitura do mundo efetiva a leitura da palavra, possibilitando aos indivíduos leitores pertencentes “aos grupos populares, às vezes em posição fatalista em face das injustiças, uma compreensão diferente da sua indignação” (Freire, 2011, p. 31).

Ou seja, a leitura da palavra, por si só, não é suficiente para que o sentimento de pertencimento seja despertado no indivíduo leitor, para que ele interprete de modo efetivo o(s) texto(s) que lê e promova a fruição da leitura. Assim, relacionamos esse conceito à nossa pesquisa porque acreditamos que o acesso ao livro se complementa com a leitura do mundo, e que contribuem, juntos, para o processo de desenvolvimento do sentimento de pertencimento do leitor.

1.3 Sentimento de pertencimento

Segundo a psicóloga, professora do Instituto de Psicologia da USP e coordenadora do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política da USP, Miriam Debieux Rosa, em entrevista ao Jornal da USP (Estanislau, 2023), “pertencimento é aquela percepção de alguém fazer parte de uma comunidade, de uma família, de um grupo, de uma nação. Ele está muito ligado ao reconhecimento e a como um cidadão tem respeitadas a sua

dignidade, a sua cultura, e as suas diferenças”.

Ainda segundo Rosa (Estanislau, 2023), o sentimento de pertencimento “tem relação com a necessidade de aceitação e aprovação” e “está relacionado ao acolhimento das suas necessidades e a sua consideração como um sujeito de direitos, ou seja, de acesso aos bens materiais e culturais de uma sociedade, à saúde, moradia, educação, proteção jurídica, entre outros”.

Rosa (Estanislau, 2023) ainda afirma que essa luta por reconhecimento também é estudada por pesquisadores como Hegel e Axel Honneth, por exemplo, “e opera por mecanismos de proteção e à sua consideração como um sujeito de direitos”.

Nesse sentido, Rocha (2021, p. 136) defende que “o sentimento de pertencimento a uma comunidade, consequência das experiências culturais comuns e da valoração positiva desse vínculo, é pressuposto reconhecido para a plena cidadania, além de vetor da construção das identidades individuais e coletivas”.

O sentimento de pertencimento de que tratamos nesta pesquisa se insere no que Rosa (Estanislau, 2023) discute, mas o direcionamos à questão específica do processo de leitura e do acesso ao livro.

Com a análise proposta neste trabalho, pretendemos verificar se esses conceitos de leitura e de sentimento de pertencimento estão de alguma forma relacionados ao papel social das editoras, ou seja, essas instituições incentivam ou deveriam incentivar o sentimento de pertencimento à prática social da leitura?

1.4 A democratização do acesso ao livro

Para discussão sobre as questões de pesquisas deste trabalho, consideramos de suma importância inserir neste trabalho referências cujas tratativas sobre o processo de democratização do acesso ao livro consistem em abordagens teóricas.

Candido (2023) ressalta a importância de considerar o leitor como sujeito, pois considera “inextricável” – do ponto de vista sociológico – a relação entre obra, autor e público, pois a arte é “um sistema simbólico de comunicação inter-humana” que “pressupõe o jogo permanente de relações entre os três [obra, autor e público] [...] (Candido, 2023, p. 55). O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador” (Candido, 2023, p. 55). Ainda segundo o pesquisador, “o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria obra” e a obra “vincula o autor ao público, pois o interesse deste é inicialmente por ela, só se estendendo à personalidade que a produziu depois de estabelecido aquele contato indispensável” (Candido, 2023, p. 55).

Em *Livros para todos* (Louzada, 2021), pinçamos alguns textos, pois a ênfase da publicação é a possibilidade de revogação da isenção fiscal do livro, mas alguns autores

dos textos organizados propõem discussões acerca do sentimento de pertencimento, principalmente ao proporem “o livro como elemento do desenvolvimento socioeconômico” (Bueno, 2021, p. 75). No texto introdutório, conforme pode-se ler a seguir, o organizador da obra ressalta a responsabilidade da sociedade como um todo, na formação de leitores:

Se cabe ao Estado fomentar a leitura, cabe igualmente à sociedade contribuir, incluindo empresas, grupos e indivíduos. Livro e leitura são questões públicas. A formação de um leitor depende de aspectos econômicos, sociais e educacionais, e estes estão integrados em várias frentes. Sabemos que nenhum país do mundo alcançou sucesso econômico sem ter educação e cultura como questão estratégica nacional (Louzada, 2021, p. 10).

Louzada (2021, p. 10) ainda menciona a ineficiência de políticas públicas e das editoras privadas enquanto agentes de fomentos de leitura: “[...] insuficientes e desatualizadas, as bibliotecas têm dificuldades em formar leitores. Nossa indústria editorial jamais pôde cumprir sua vocação de massa.”. Além de Louzada (2021), autores como Allan Rocha, Mariana Bueno e Ketty Valencio (2021), por exemplo, reuniram textos na obra organizada que deram à nossa pesquisa sustentação referencial para que seja feita, aqui, uma proposta de trabalhos e pesquisas acerca do que este trabalho considera uma “triade indissolúvel” (Candido, 2023, p. 55): o sentimento de pertencimento, o mercado editorial privado brasileiro e a democratização do acesso ao livro.

O texto *O brasileiro que lê, lê o quê?* (Failla, 2021, p. 84) – cujo embasamento é, prioritariamente, feito nos dados das pesquisas do Instituto Pró-Livro – levanta discussões que nos fazem defender a necessidade de propostas de pesquisas com enfoque na triade citada. Esse texto deixa de considerar o leitor/não leitor como sujeito, não considera o fator sociocultural, responsabilizando, prioritariamente, as famílias em vulnerabilidade social e os professores pela não formação de leitores, como observamos neste trecho:

Mas sabemos que há poucas famílias leitoras, que têm livros em casa e promovem esse despertar com atividades lúdicas que ficam na memória afetiva. As crianças e jovens de famílias *não leitoras* e de origem social mais vulnerável dependem especialmente das escolas e dos professores para o [sic] despertar o interesse e gosto pela leitura. Infelizmente, temos poucos professores leitores e que desenvolvem práticas mobilizadoras e interessantes em sala de aula (Failla, 2021, p. 100, grifo no original).

Ao final, Failla (2021) menciona como agente fundamental no processo de democratização de acesso ao livro apenas as políticas públicas: “Para melhorar esse ‘retrato’ e a qualidade da letra, é fundamental haver políticas públicas efetivas que garantam o direito a todos os brasileiros de serem leitores, de serem despertados para o prazer da leitura e que promovam o acesso ao livro” (Failla, 2021, p. 102).

Ainda sobre a obra *Livros para todos*, consideramos importante ressaltar o texto

que, de modo mais efetivo, embasa nossa proposta de pesquisa. Esse texto é o de Rocha (2021), o qual trata sobre a ligação entre o sentimento de pertencimento, mercado editorial privado brasileiro e a democratização do acesso ao livro. Nele, Rocha (2021) trata ainda das diferentes formas de acesso à cultura, como vemos em: “o acesso é também condição indispensável para a *formação do próprio desejo de participação cultural*. É justamente tal *anseio cultural* que, uma vez instaurado, transforma este tipo de produto [o livro] essencial” (Rocha, 2021, p. 129-130, grifos nossos).

É importante ressaltar ainda que a sustentação encontrada no citado texto de Rocha (2021) também abarca a responsabilização das editoras na democratização do acesso ao livro, conforme ele conclui: “Não temos como saber até quando a indústria editorial (e cultural) dedicará esforço e recursos para impedir a efetivação do acesso essencial e das manifestações culturais incondicionadas, espontâneas e livres; ou até quando conseguirá existir sem novos leitores” (Rocha, 2021, p. 140).

Tendo em vista que este trabalho, como dito anteriormente, também é pautado no significativo e positivo impacto do sentimento de pertencimento na democratização do acesso ao livro, retomamos a relevância da obra *A importância do ato de ler* (Freire, 2011), pois, acreditamos que a leitura da “palavramundo” trata-se do sentimento de pertencimento do leitor e do não leitor, como um dos principais fatores responsáveis pelo fomento da leitura.

Ao conceituar, a partir de suas experiências particulares, as expressões *leitura da palavra* e *leitura do mundo/palavramundo* (2011), Freire tira o leitor do lugar de mero decifrador de texto e o coloca no lugar de sujeito, demonstrando a importância de tratar questões socioculturais como intrínsecas às questões de incentivo da leitura, conforme demonstra o trecho abaixo:

A pesquisa do que chamava de universo vocabular nos dava assim as palavras do Povo, grávidas de mundo. Elas nos vinham através da leitura do mundo que os grupos populares faziam. Depois, voltavam a eles, inseridas no que chamava e chamo de codificações, que são *representações da realidade* (Freire, 2011, p. 30, grifo nosso).

Concluimos com Candido (2023, p. 39, grifo nosso) que há um “movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto *sistema solidário de influências recíprocas*”, ou seja, a cultura, por si só, não se fará eficiente; a indústria cultural, por si só, não se fará eficiente; o sujeito, por si só, não se fará eficiente.

2 Método

Para esta investigação, adotamos o conceito de pesquisa bibliográfica de Gil (2002, 64), para quem ela “consiste na identificação das fontes capazes de fornecer as respostas

adequadas à solução do problema proposto”. Ancorando-se neste autor, esta pesquisa é desenvolvida com base em material formado principalmente por livros e artigos científicos (Gil, 2002).

A pesquisa utilizou como metodologia de pesquisa uma abordagem qualitativa, valendo-se das tipologias descritiva e interpretativa e tendo como base a pesquisa bibliográfica, pois essas permitiram ao pesquisador identificar a relação entre sentimento de pertencimento e democratização do acesso ao livro, proporcionando-lhe, deste modo, interpretações sobre a natureza das relações entre esses pontos e o problema proposto.

Na concepção de Laville e Dione (1999), o trabalho de pesquisa necessita de informações que lhe sirvam de base e possam ser utilizadas como *corpus* para o seu desenvolvimento, por meio de um movimento indutivo, em que problemas e hipóteses são propostos, e outro dedutivo que permita verificar a problemática levantada pelo pesquisador.

Para tanto, foram selecionadas referências bibliográficas, em mídias digitais e impressas, que foram organizadas como um *corpus*. O principal critério de escolha foi o tratamento conferido à temática democratização do acesso ao livro e sentimento de pertencimento.

A pesquisa dos textos foi realizada por meio de mecanismo de busca, utilizando palavras e sintagmas criados por nós nesse processo, tais como: *democratização do acesso ao livro; democratização da leitura; acesso ao livro; leitura; sentimento de pertencimento*.

A busca foi feita de forma simples e de forma específica, mediante o emprego de:

- a. Aspas (para buscas de termos compostos);
- b. Operadores booleanos (*and*, *or* e *not*);
- c. Sinal de + no caso de alguns trechos;
- d. Parênteses para agrupamento de termos.

Inicialmente, a utilização de portais da internet como recurso para a coleta dos textos publicados buscou identificar a temática em diferentes veículos de informação situados nesse ambiente digital (CAPES; SCIELO e portais de periódicos de universidades). Também foram utilizadas referências encontradas em leituras anteriores da pesquisadora.

Após ter sido feita uma ampla leitura acerca do tema proposto, foi iniciada a coleta entre o período de janeiro a junho de 2023. Inicialmente, foram selecionados 35 textos. Em seguida, esses foram delimitados conforme os objetivos da pesquisa e a pluralidade de abordagens.

Por último, selecionou-se um total de 14 textos, que são informados no Quadro 1:

Quadro 1 - *Corpus* da pesquisa.

Título	Autor(es)	Ano de publicação	Gênero/formato/textos analisados
T1: A diversificação e popularização do livro e o surgimento e desenvolvimento de coleções de bolso no Brasil	Willian E. Righini de Souza; Giulia Crippa	2014	Artigo
T2: A importância do ato de ler: aproximações e distanciamentos teórico-metodológicos em Paulo Freire	Maria Isabel Moura Nascimento; Sandra do Rocio Ferreira Leal	2019	Artigo
T3: A leitura sob o signo da relação – ler como ato de comunicação social	Katiuscia da Cunha Lopes	2010	Tese de doutorado
T4: Bibliodiversidade e preço do livro da lei Lang à lei Cortez: experiências e expectativas em torno do mercado editorial	Marisa M. Deaecto; Lívia Kalil; Patricia Sorel (org.)	2021	Sessões do livro organizado que foram analisadas: -Prefácio -Agora do agora: a relevância do livro num mundo disperso
T5: Biblioteca, leitores e cultura: a prática social da leitura	Roginei Paiva da Silva	2014	Dissertação de mestrado
T6: Democratizando a leitura: pesquisas e práticas	Aparecida Paiva; Aracy Martins; Graça Paulino; Zélia Versiani (orgs.)	2008	Sessão do livro que foi analisada: -Leitura literária em tempos de crise
T7: Fome de programas de leitura: o PROLER e a dimensão político-ideológica da leitura	Edimilson Moreira Rodrigues	2008	Dissertação de mestrado
T8: Há uma luta de classes nos livros: política cultural para a democratização do livro e leitura no Brasil no contexto neoliberal	Carlos Wellington Soares Martins	2019	Tese de doutorado
T9: Livros para todos	Daniel Louzada (org.)	2021	Sessões do livro organizado que foram analisadas: -O livro como elemento do desenvolvimento socioeconômico -O brasileiro que lê, lê o quê? -Um país para os livros -Leitura e acesso à cultura
T10: O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) em quatro escolas da rede municipal de Porto Alegre	Maria Fernanda da Silva Viegas	2013	Trabalho de conclusão de curso
T11: Os discursos sobre leitura e o lugar do sujeito leitor no Plano Nacional Do Livro e da Leitura	Angélica Renata de Castro	2017	Dissertação de mestrado
T12: Leitura e educação	Alessandro Rocha; Valéria Cristina Ribeiro Pereira (org.)	2018	Sessão do livro que foi analisada: -Para vencer a não leitura
T13: Participação social no plano municipal do livro, leitura, literatura e biblioteca do município de São Paulo – PMLLB/SP	Antonio Deusivam de Oliveira	2015	Dissertação de mestrado
T14: Políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e literatura	Roberto Belo	2016	Artigo

Fonte: dos autores.

O percurso teórico-analítico se valeu, majoritariamente, de construtos teóricos de autores e obras situados no campo da edição e da educação, já citados, tais como: Freire (2011), Candido (2023), Da Silva (2011), Rosa (2023), Tavares (2021b), Rocha (2021), Louzada (2021), entre outros que ajudam a lançar luz à temática abordada.

Por sua vez, o processo analítico foi desenvolvido em duas etapas de natureza qualitativa: a descritiva e a interpretativa. Na primeira, foram adotados os seguintes procedimentos como categorias de análise dos textos:

1. Descrição da natureza da referência bibliográfica e suas principais ideias;
2. Identificação da abordagem feita pelas referências bibliográficas em relação a categorias definidas a partir do estudo das obras.

Nessa primeira etapa, foi feita uma caracterização geral das referências, como se vê no Quadro 1, e um resumo de cada referência bibliográfica que compõe nosso *corpus* da pesquisa, e que será apresentado adiante.

Na segunda etapa, fez-se uma análise das obras selecionadas de acordo com categorias definidas por nós. Tais categorias foram definidas a partir do que essas 14 obras apresentam como fundamental na discussão sobre a democratização do acesso ao livro. A seguir, apresentamos e explicamos cada uma das categorias:

- a. **Iniciativa privada:** Atuação das editoras privadas brasileiras no processo de democratização do acesso ao livro, para além de suas participações em políticas públicas.
- b. **Indivíduo (não) leitor:** Conceito de (não)leitor a partir das definições que as referências apresentam e, também, sobre a capacidade leitora desses indivíduos, ou seja, capacidade de decodificação, compreensão, fruição e réplica em relação ao que é lido.
- c. **Leitura e literatura:** Relação dos indivíduos (não)leitores com a leitura/literatura e, novamente, a respeito da sua capacidade leitora.
- d. **Sentimento de pertencimento:** Relação entre o sentimento de pertencimento e a democratização do acesso ao livro. Considera como o sentimento de pertencimento (ou a falta dele) impacta positiva e/ou negativamente na relação do indivíduo – leitor e/ou não leitor – com o livro e a leitura.
- e. **Políticas públicas:** Relevância que os autores atribuem aos planos e às ações governamentais, para que a democratização do acesso ao livro ocorra de forma eficaz. Também considera se as referências atrelam outras ações às políticas públicas, para que essa democratização ocorra.
- f. **Preço do livro:** Atribuição da (não) democratização do acesso ao livro ao (aumento do) preço do livro.

- g. **Responsabilidade social:** Atribuição às editoras privadas brasileiras de alguma responsabilidade social no processo de democratização do acesso ao livro e, aquelas referências que o fazem, como o fazem.

Feita essa apresentação metodológica, passamos ao resumo das referências e à análise das obras segundo as categorias propostas.

3 Resultados

A pesquisa bibliográfica empreendida selecionou referências que tratam de questões importantes para este trabalho, a saber: o sentimento de pertencimento, o mercado editorial privado brasileiro e a democratização do acesso ao livro. Embora nem todas tratem de todos esses pontos, sistematizamos nos 14 textos o que eles nos dizem sobre algumas categorias recortadas para o estudo, esperando, ao final, discutir esses resultados.

De modo a deixar mais claro o que aborda cada texto selecionado para a pesquisa, fazemos um breve resumo de cada um antes de passar à análise das categorias.

T1: A diversificação e popularização do livro e o surgimento e desenvolvimento de coleções de bolso no Brasil: este artigo, de revisão de literatura, apresenta algumas iniciativas de popularização do livro no Brasil para criação de coleções de livros de bolso. Os autores chegam à conclusão de que, apesar da existência de livros de bolso no país, cada período histórico do livro privilegiou determinados públicos, características editoriais e estratégias de venda e divulgação, relacionando essas publicações com o contexto socioeconômico em que foram produzidas.

T2: A importância do ato de ler: aproximações e distanciamentos teórico-metodológicos em Paulo Freire: este artigo apresenta uma breve biografia do educador Paulo Freire, ressaltando que o processo de apreensão da leitura dentro da escola deve ser feita, conforme a metodologia do educador, de maneira horizontal, para que a leitura do mundo do educando seja fortalecida, aliando-se à leitura da palavra.

T3: A leitura sob o signo da relação – ler como ato de comunicação social: a tese aborda uma política pública específica para fazer a conexão entre a leitura e a publicidade/comunicação. A política pública abordada são duas edições do programa Vivaleitura, que a autora critica com questionamentos que, segundo ela, deveriam ser feitos no âmbito da publicidade, mas não o são. Tais questionamentos e algumas propostas também são aplicados de modo a propor uma reflexão não apenas sobre a publicidade para o livro e para a leitura, mas, também, sobre o sentimento de pertencimento do leitor.

T4: Bibliodiversidade e preço do livro. Da Lei Lang à Lei Cortez: experiências e expectativas em torno do mercado editorial: este livro é dividido em três partes – cada

uma composta por sete capítulos – e epílogo. Os textos, escritos por autores distintos, tratam, de uma maneira geral, de bibliodiversidade editorial e literária e, também, do preço do livro com enfoque na lei de preço único. Alguns de seus autores também se debruçam sobre a função social do livro e da indústria editorial.

T5: Biblioteca, leitores e cultura: a prática social da leitura: a pesquisa mapeia a prática social da leitura a partir da função das Bibliotecas Públicas e, também, discute o lugar da leitura nos locais onde os livros circulam, baseando-se no “fato de que a literatura é um direito do cidadão e um bem a ser compartilhado” (Silva, 2014, p. 10).

T6: Democratizando a leitura: pesquisas e práticas: os textos que foram organizados neste livro discorrem sobre vários fatores que os autores e os organizadores consideram responsáveis pela democratização do acesso ao livro e da leitura no Brasil, com o intuito de “dar visibilidade aos interesses e às perguntas que se colocam hoje sobre tema tão complexo” (Paiva et al. 2008, p. 13).

T7: Fome de programas de leitura: o PROLER e a dimensão político-ideológica da leitura: a dissertação abarca, prioritariamente, a política pública PROLER, direcionando-a para a atuação das bibliotecas públicas. No entanto, Rodrigues também discorre sobre a importância da função social do livro e, conseqüentemente, por nossa interpretação, sobre a importância do sentimento de pertencimento do indivíduo na efetivação do PROLER. O autor também faz breves questionamentos sobre o interesse – ou a falta dele – das classes socialmente dominantes em fazer com que a democratização do acesso ao livro e à educação ocorra de modo efetivo.

T8: Há uma luta de classes nos livros: política cultural para a democratização do livro e leitura no Brasil no contexto neoliberal: a tese relaciona as políticas públicas, os planos e os projetos governamentais com a influência da democratização do acesso ao livro e à leitura no Brasil. Além disso, Martins também relaciona o processo de democratização do acesso ao livro e à leitura a questões como “autoritarismo, descontinuidades, caráter tardio e fragilidade institucional” (Martins, 2019, p. 12).

T9: Livros para todos: discute o acesso ao livro como um bem cultural e social, a partir da possibilidade de taxaço do livro, proposta por Paulo Guedes – então ministro da economia. Tal medida forçaria as editoras a reajustar o preço dos livros em pelo menos 20% e, conseqüentemente, afastaria, ainda mais, o livro de leitores – e possíveis leitores – das classes sociais C, D e E.

T10: O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) em quatro escolas da rede municipal de Porto Alegre: este trabalho de conclusão de curso tem como foco de sua pesquisa quatro escolas municipais de Porto Alegre (RS) e busca analisar o impacto do PNBE, que foi o responsável pela distribuição dos acervos literários nas instituições públicas mencionadas.

T11: Os discursos sobre leitura e o lugar do sujeito leitor no Plano Nacional Do

Livro e da Leitura: a dissertação retoma o contexto histórico da criação do PNLL, atrela parte da ineficiência do programa aos discursos utilizados pelo Estado e propõe que o leitor seja considerado como sujeito. Castro também propõe que sem a assimilação desses discursos oficiais, a população não leitora não se tornará de fato leitora, devido, também, às questões socioeconômicas, socioculturais, ou seja, devido às questões atreladas ao que entendemos como sentimento de pertencimento.

T12: Leitura e educação: o *e-book*, organizado, é composto por textos de profissionais de diversas áreas da leitura e do livro, que propõem discussões sobre a ampliação da promoção da leitura no Brasil através de políticas públicas (prioritariamente) e do sentimento de pertencimento.

T13: Participação social no plano municipal do livro, leitura, literatura e biblioteca do município de São Paulo – PMLLB/SP: a dissertação de mestrado busca identificar se há ou não participação da sociedade em decisões de políticas públicas direcionadas ao livro e à leitura, com a justificativa de que o livro e a leitura são fatores muito influentes na formação cidadã do indivíduo. Por isto, defende a participação pública em tais decisões como primordiais para o processo de democratização do acesso ao livro.

T14: Políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e literatura: o artigo faz uma retomada histórica das políticas públicas no Brasil, direcionadas ao livro, à leitura e à literatura, destacando programas como o PNBE e o PNLL. Belo enfatiza não apenas a importância da criação desses programas, como também a má gestão deles.

Tendo em mãos as obras que deram suporte a este trabalho – apresentadas no Quadro 1 e resumidas nesta seção –, fez-se a análise a partir das abordagens propostas, de acordo com a pertinência delas aos objetivos desta pesquisa.

A seguir, apresentamos a análise dos textos selecionados para cada categoria proposta na seção de metodologia deste trabalho, a saber: iniciativa privada; indivíduo (não) leitor; leitura e literatura; sentimento de pertencimento; políticas públicas; preço do livro; e responsabilidade social.

3.1 Análise das referências

Entre as referências selecionadas, apenas as publicações *Biblioteca, leitores e cultura: a prática social da leitura* (T5) e *PNBE em quatro escolas da rede municipal de Porto Alegre* (T10) optaram por se debruçar exclusivamente sobre as questões de políticas públicas direcionadas ao livro. As demais obras selecionadas (T1; T3; T6; T7; T8; T9; T11; T12; T13; T14) propuseram discussões acerca do uso de suportes aos programas e planos governamentais, ou seja, “políticas públicas”, para que sua plena execução seja alcançada.

Nas referências T3; T7; T8; T9; T11; T12; T13 e T14, a noção de sentimento de

pertencimento é tratada como um suporte das políticas públicas no processo de democratização do acesso ao livro. Em T6, propõe-se que são necessárias discussões e pesquisas a respeito da relação dos “indivíduos leitor e não leitor” com a leitura e a literatura, para que o sentimento de pertencimento seja melhor compreendido e aplicado.

T2 também atrela o sentimento de pertencimento à democratização do acesso ao livro, mas não o relaciona com políticas públicas, e esta, entre todas as bibliografias analisadas, é a única obra que não faz essa relação com a democratização do acesso ao livro. Neste caso, a conexão é feita à noção e à capacidade de leitura dos indivíduos leitor e não leitor. Em T3, Lopes faz alguns questionamentos de modo a propor uma reflexão sobre a publicidade para o livro e sobre o sentimento de pertencimento do leitor.

Outra abordagem importante para a produção deste trabalho é a discussão a respeito do “preço do livro”, abordada em T1. Esse texto aponta pesquisas e menciona dados históricos que demonstram como o preço de capa do livro impacta positiva ou negativamente o aumento do consumo desse produto pelas classes sociais não consideradas como elites. T4 apresenta textos que discutem como a “implantação de uma Lei do Preço Único [do livro] no Brasil” (Piqueira; 2021, p. 13) impactaria positivamente o mercado livreiro e editorial brasileiro, pois, segundo os autores da obra, garantiria a bibliodiversidade e a criação de novas livrarias. “A lei é, também, um ato de proteção ao livro [...] e resvala nos direitos do brasileiro de acesso à cultura e à educação” (Tavares; 2021a, p. 74). Ainda em T4, Varella (2021) questiona a responsabilidade social das editoras, mas a partir do prisma de publicações que ainda não são consideradas como domínio público:

Com todos esses sinais de importância no contemporâneo, por que raios as editoras brasileiras dedicam tanta energia a nomes do passado? Pergunta espinhosa, mas de resposta fácil: domínio público. Os antigos não só desfrutam de fama, como são mais baratos. Por mais que os livros venham com paratextos e ilustrações fofas, é um corte de custos mal disfarçado (Varella, 2021, p. 152-153).

Ainda nessa linha, T9 apresenta argumentos contra a taxação do livro, sobre a qual, em 2020 foi enviado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que, se aprovado, revogaria a isenção tributária do produto, conquistada em 2004 (Tavares; 2021b, p. 41). Além disso, um dos textos que compõem essa obra organizada considera o livro não “apenas como mais uma *commodity*. Trata-se efetivamente de um ativo estratégico para a economia criativa, que facilita a mobilidade social, o crescimento pessoal e resulta no médio prazo, em benefícios sociais, culturais e econômicos.” (Tavares, 2021b, p. 44-45). Outra abordagem presente na seleção bibliográfica que ampara este trabalho é a associação da taxação do livro ao desincentivo do acesso a livros e à limitação desse acesso: “Encarecer essas ferramentas [de transformação através do livro] é selecionar e limitar quem terá

acesso a tais conhecimentos.” (Jesus, 2021, p. 45).

Por fim, em T4 e T14 os autores propõem uma abordagem a respeito da “responsabilidade social”, mas o fazem questionando o papel da sociedade no processo de democratização do acesso ao livro (T14).

Pudemos, então, perceber que apenas T4 aborda a responsabilidade das editoras privadas na democratização e, mesmo assim, de modo muito superficial e indireto. A maioria dos textos selecionados e analisados relacionam “apenas” as políticas públicas com o processo de democratização do acesso ao livro. Mostra-se, assim, uma carência de estudos sobre essa questão que nos parece essencial no contexto da democratização do acesso ao livro.

Assim, a partir da fundamentação e da pesquisa bibliográfica, acreditamos que as políticas públicas propostas pelo Estado não serão efetivas enquanto não forem pensadas para além da pura distribuição de livros, ou seja, enquanto não forem pensadas de modo a serem executadas em conjunto com a sociedade (sujeitos, empresas e Estado).

Considerações finais

Nosso objetivo neste trabalho foi investigar em que medida publicações que abordam a democratização de acesso ao livro atribuem às editoras privadas alguma responsabilidade social nesse processo. A partir desse objetivo geral, estudamos as possibilidades de abordagens e associações entre o sentimento de pertencimento, o processo de democratização do acesso ao livro e a responsabilidade social das editoras privadas brasileiras.

Para isso, buscamos uma fundamentação teórica sobre esses conceitos no contexto da leitura. De forma sucinta, temos:

1. Candido (2021): relação intrínseca entre literatura e sociedade;
2. Freire (2011): leitura do mundo, leitura da palavra, leitura da palavramundo; indivíduo como sujeito e a leitura/educação como agentes transformadores socioeconômicos;
3. Rocha (2021): sentimento de pertencimento, acesso ou impedimento de acesso ao livro pelo mercado editorial;
4. Varella (2021): livro como fator de transformação socioeconômico e programas produtivistas das editoras nacionais.

Diante dessa fundamentação e dos resultados da pesquisa bibliográfica, temos algumas considerações sobre o tema desta pesquisa.

Destacamos inicialmente que, tal como as referências analisadas, não consideramos as políticas públicas do livro e da leitura totalmente ineficazes, bem como não

consideramos pertinente a concentração total da responsabilidade social no processo de democratização do acesso ao livro nas editoras privadas brasileiras. Nenhuma das referências analisadas, que tratam sobre a efetividade das políticas públicas na democratização do acesso ao livro, afirmam que elas atuam em sua completude. Porém, todas essas referências reconhecem a relevância de tais políticas públicas e propõem caminhos para que as ações governamentais sejam mais eficazes no processo de democratização do acesso ao livro.

Deste modo, ainda que os índices de distribuição de livros divulgados pelo Estado mostrem números muito relevantes, citados nas referências selecionadas, constata-se que a distribuição, quando colocada em prática individualmente, não traz para a sociedade um dos principais resultados esperados: a formação de novos leitores. E, a esse resultado esperado, podemos propor o acréscimo de um outro: a “fidelização” do indivíduo leitor.

As políticas públicas do livro e da leitura injetam milhões de reais no mercado editorial brasileiro e, para quem está inserido no cotidiano do mercado editorial brasileiro, é sabido que essas políticas públicas por vezes “salvam o ano” de inúmeras editoras – de modo mais substancial das editoras de menor porte. Entretanto, se os criadores das políticas públicas acompanhassem alguns teóricos como Candido (2023) e Rocha (2021), possivelmente também constatariam que dar o acesso ao livro, pura e simplesmente, não garante “a formação do próprio desejo de participação cultural” (Rocha, 2021, p. 129). Ainda que o acesso seja essencial para que haja a construção de um ambiente cultural eficaz e produtivo, esse ambiente cultural apenas conseguirá promover a prática cultural, quando esta se tornar essencial para o indivíduo e, para que isto ocorra, é necessário que a prática cultural seja “desenvolvida, aprendida e culturalmente absorvida” (Rocha, 2021, p. 138) pelo indivíduo. Ao considerar a importância do ato de ler (Freire, 2011), é possível nos ancorarmos, ainda mais, na proposta de que as políticas públicas precisam de um suporte para atuarem de modo efetivo e as editoras precisam cumprir sua função social, para além da venda e distribuição de livros, pura e simples, pois, segundo Candido, “o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria obra.” (Candido, 2023, p. 55).

O acesso ao livro, definitivamente, é um dos fatores fundamentais para que a democratização desse acesso transcorra de modo efetivo. Mas qual é a representação do livro na leitura do mundo que os indivíduos que os recebem através dessas políticas públicas têm? Tal como Rocha (2021), entendemos que haja a necessidade de um trabalho paralelo e em conjunto com as políticas públicas, a construção do sentimento de pertencimento nos indivíduos leitor e não leitor.

A partir dessas proposições, podemos lançar luz às atribuições de um dos agentes do livro que mais se beneficia das políticas públicas do livro e da leitura: as editoras privadas brasileiras. Para tanto, nossa proposta é que consideremos essas editoras como

uma das responsáveis pela produtividade do processo de democratização do acesso ao livro. Ora, como dito anteriormente, o livro é um produto. E ainda que ele seja munido de uma relevância cultural e intelectual diferente da de um eletrodoméstico, por exemplo, ele continua sendo um produto. E as editoras, ainda que romantizadas na imaginação de inúmeros leitores e consumidores, fazem parte de uma cadeia industrial. Por isso, defendemos que elas sejam responsabilizadas socialmente no processo de democratização do acesso ao livro, carecendo ainda de mais pesquisas que levantem dados e mostrem como isso pode se efetivar.

Trazer as editoras privadas brasileiras para o lugar de agente efetivo no processo de democratização do acesso ao livro, possivelmente, trará resultados mais produtivos e sólidos para as políticas públicas. O mercado editorial brasileiro está em constante e ininterrupta mudança; porém, ainda que esse mesmo mercado esteja em retração e as livrarias estejam pedindo socorro há anos, a maioria das editoras privadas brasileiras parecem não sentir necessidade de cativar novos leitores oriundos de classes sociais em situação de vulnerabilidade financeira, tendo em vista seus discursos em ações de *marketing* e suas publicações que, via de regra, são direcionados a indivíduos que já são leitores – e consumidores – de determinado nicho literário.

A literatura estava e está em perigo. O livro está e continuará em perigo. É urgente que as casas editoriais brasileiras comecem a dialogar com os leitores e não leitores que compõem classes sociais em vulnerabilidade financeira. Afinal, não são essas casas editoriais as responsáveis pelo nascimento do livro? Como afirma Todorov (2017, p. 76), “A literatura pode muito”, mas, para que ela estenda a mão para indivíduos em vulnerabilidade financeira, e os aproxime de outros seres humanos que os cercam (Todorov, 2017), é necessário que um dos principais agentes da cadeia do livro reveja a direção do seu discurso.

Como Rocha (2021), mantemos a esperança em um mercado editorial menos produtivista: “mesmo em causa absolutamente própria, ao menos alguns agentes [talvez] sejam capazes de superar a visão oblíqua que imbui muitas das atitudes e ações, a ponto de cegar-lhes para os efeitos positivos do direito de acesso para a sua própria sustentabilidade” (Rocha, 2021, p. 140).

Podemos salvar a literatura do perigo, mas a cadeia produtiva do livro não funciona de modo independente.

Social role of Brazilian private publishers in the process of democratizing access to books

Abstract

The objective is to investigate to what extent publications that address the democratization of access to books correlate private publishers with some social responsibility in this process. Based on this objective, we conducted a bibliographic research in 14 texts in the publishing area to identify approaches and associations between the feeling of belonging and the process of democratizing access to books, starting from the premise of social responsibility of the Brazilian private publishing market in this process. As a methodology, we adopted, in a qualitative approach, the description of the nature of each bibliographic reference and its main ideas and identification of the approach taken in relation to categories defined from the study of the works: private initiative; individual (non) reader; reading and literature; feeling of belonging; public policies; price of the book; and social responsibility. To support the work, we relied on some theoretical concepts from Freire (2011), Candido (2023), Da Silva (2011), Rosa (2023), Tavares (2021b), Rocha (2021), Louzada (2021), among others. As main results, we were able to observe that the texts highlight the lack of support for public policies on books and reading, so that they can act effectively; the lack of research that directly addresses the social responsibility of Brazilian private publishers in the process of democratizing access to books; and also the lack of public policies on books and reading linked to the feeling of belonging.

Keywords: Democratization of access to books. Belonging. Edition. Editorial. Popularization

Referências

AGUIAR, Vera Teixeira de. Para vencer a não leitura. In: ROCHA, Alessandro; PEREIRA, Valéria Cristina Ribeiro (org.). **Leitura e educação**. Rio de Janeiro: Editora Reflexão. 2018. p. 135-144.

BELO, R. Políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e literatura. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, v. 26, nº 52, p. 183-203, 2016. <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/43527/24857> . Acesso em: 19 abr. 2023.

BUENO, M. O livro como elemento do desenvolvimento socioeconômico. In: LOUZADA, D. (org.). **Livros para todos**. São Paulo: Nova Fronteira; 2021. p. 75-83.

CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade: Estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Todavia, 2023.

CASTRO, A. R. de. **Os discursos sobre leitura e o lugar do sujeito leitor no Plano Nacional Do Livro e da Leitura**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2017. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2017/07/ANG%C3%89LICA-RENATA-DE-CASTRO.pdf> Acesso em: 25 abr 2023.

CRIPPA, G; SOUZA, W. E. R. de. A diversificação e popularização do livro e o surgimento e desenvolvimento de coleções de bolso no Brasil. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 186-207, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/14486/11330>. Acesso em: 17 abr. 2023.

DA SILVA, S. R. Capacidades de leituras: desenvolvimento ideal *versus* desenvolvimento real no material didático da rede privada de Ensino Médio. **Anais do SILEL**. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em: <https://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/265.pdf> Acesso em 11 jun. 2023.

ESTANISLAU, J. O que é o sentimento de pertencimento? **Jornal da USP**. 14 de abril de 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/sentimento-de-pertencimento-e-a-necessidade-de-manter-relacoes-estaveis-e-de-moldar-o-comportamento/#:~:text=Mas%20o%20que%20%C3%A9%20o,um%20grupo%2C%20de%20uma%20na%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 16 nov. 2023.

FAILLA, Z. O brasileiro que lê, lê o quê?. In: LOUZADA, D. (org.). **Livros para todos**. São Paulo: Nova Fronteira; 2021. p. 84-102.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 51ª edição; 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, B. A. de. Por que eu, leitora, sou contra a taxação do livro?. In: LOUZADA, D. (org.). **Livros para todos**. São Paulo: Nova Fronteira; 2021. p. 41-47.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEAL, S. do R. F.; NASCIMENTO, M. I. M.. A importância do ato de ler: aproximações e distanciamentos teórico-metodológicos em Paulo Freire. **Pro-Posições**, v. 30, p. e20180024, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/GTyQPNPxDs5n5m4ZB5nbcdr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

LOPES, K. da C. **A leitura sob o signo da relação - ler como ato de comunicação social**. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.27.2010.tde-05112010-111740. Acesso em: 24 abr 2023.

LOUZADA, D. Um país para os livros. In: LOUZADA, D. (org.). **Livros para todos**. São Paulo: Nova Fronteira; 2021. p. 9-12.

MARTINS, C. W. S. **Há uma luta de classes nos livros**: política cultural para a democratização do livro e leitura no Brasil no contexto neoliberal. 2019. Tese de doutorado. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/2768/2/CARLOS%20WELLINGTON-MARTINS.pdf> Acesso em: 03 mai 2023.

ODDONE, N. E. **Atividade editorial & ciência da informação**: convergência epistemológica. 1998. 266 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília. Brasília. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/36017>. Acesso em 16 fev. 2024.

OLIVEIRA, A. D. de. **Participação social no plano municipal do livro, leitura, literatura e biblioteca do município de São Paulo - PMLLB/SP**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade de Mogi das Cruzes. Mogi das Cruzes, p. 88. 2015.

PAIVA, A.; MARTINS, A.; PAULINHO, G.; VERSIANI, Z. (org.). **Democratizando a leitura**: pesquisas e práticas. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2008.

PIQUEIRA, G. Prefácio. In: DAECTO, M. M. et. al. (org.). **Bibliodiversidade e Preço do Livro. Da lei Lang à Lei Cortez**: Experiências e Expectativas em Torno da Regulação do mercado editorial (1981-2021). São Paulo: Ateliê Editorial; 2021. p. 13-15.

ROCHA, A. Leitura e acesso à cultura. In: LOUZADA, D. (org.). **Livros para todos**. São Paulo: Nova Fronteira; 2021. p. 129-141.

ROCHA, A.; PEREIRA, V. C. R. (org.). **Leitura e educação**. Rio de Janeiro: Editora Reflexão. 2018.

RODRIGUES, E. M. **Fome de programas de leitura: o PROLER e a dimensão político-ideológica da leitura**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2008. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/816/1/Edimilson%20Moreira%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 29 abr 2023.

SILVA, R. P. da. **Biblioteca, leitores e cultura: a prática social da leitura**. 2014. 106 p. Dissertação (mestrado). - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2014.

TAVARES, V. O mercado editorial e livreiro no Brasil: a CBL unida pela bibliodiversidade. In: DAECTO, M. M. et. al. (org.). **Bibliodiversidade e Preço do Livro. Da lei Lang à Lei Cortez: Experiências e Expectativas em Torno da Regulação do mercado editorial (1981-2021)**. São Paulo: Ateliê Editorial; 2021a. p. 71-74.

TAVARES, V. Por que o mercado editorial é contra a taxaço do livro?. In: LOUZADA, D. (org.). **Livros para todos**. São Paulo: Nova Fronteira; 2021b. p. 39-45.

TODOROV, T. **A literatura em perigo**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 7ª edição; 2017.

VARELLA, J. Ágora do agora: a relevância do livro num mundo disperso. In: DAECTO, M. M. et. al. (org.). **Bibliodiversidade e Preço do Livro. Da lei Lang à Lei Cortez: Experiências e Expectativas em Torno da Regulação do mercado editorial (1981-2021)**. São Paulo: Ateliê Editorial; 2021. p. 145-154.

VIEGAS, M. F. da S. **O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) em quatro escolas da rede municipal de Porto Alegre**. Monografia de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/95020>. Acesso em: 21 abr 2023.

YUBERO, Santiago; LARRAÑAGA, Elisa; PIRES, Natividade. **Estudo sobre os hábitos de leitura dos estudantes portugueses do ensino superior**. Portugal: Instituto Politécnico de Castelo Branco, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62721107.pdf> Acesso em: 13 nov. 2023.